

# PROFESSORES ESTRANGEIROS NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, RJ (1939-1951)\*

Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero,

Maria do Carmo de Lacerda Peixoto

e

Ana Elisa Gerbasi da Silva

da Faculdade de Educação/UFRJ

---

## RESUMO

Após uma rápida apreciação histórica da presença de cientistas e docentes estrangeiros no Brasil, especialmente nas instituições universitárias criadas na década de 30, o artigo analisa o processo de contratação de professores estrangeiros para a Faculdade Nacional de Filosofia, criada em 1939 no Rio de Janeiro. Buscando dimensionar sua contribuição para o desenvolvimento científico, cultural e econômico do país, examinam-se os envolvimento políticos e os critérios utilizados para sua seleção; a reação que a iniciativa de convidá-los provocou entre mestres brasileiros e meios de comunicação; e as contribuições específicas dos professores estrangeiros ao ensino e pesquisa naquela que veio a constituir o cerne da antiga Universidade do Brasil. ENSINO SUPERIOR • PROFESSORES • HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

## ABSTRACT

FOREIGN PROFESSORS AT FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, RIO DE JANEIRO: 1939-1951. After a brief historical overview on the presence of foreign scientists and professors in Brazil — especially at the higher education institutions created along the 30's — the article analyzes the process of hiring foreign professors for Faculdade Nacional de Filosofia, founded in Rio de Janeiro in 1939. In order to assess their effective contribution to Brazilian scientific, cultural and economic development, the article examines the political involvement and the criteria used for their selection; the reaction their presence has raised among Brazilian professors and the media; and their specific contribution in terms of research and teaching for that college, which came to constitute the core of the University of Brazil.

---

\* Este artigo é parte de pesquisa em andamento sobre *História da Faculdade Nacional de Filosofia*. Coordenada por Maria de Lourdes A. Fávero, teve início em 1987 e tem apoio do CNPq e da FAPERJ. Outros resultados parciais têm sido publicados, especialmente na Série Faculdade Nacional de Filosofia, graças a convênio INEP-FE/UFRJ.

Nos primórdios do Brasil Colônia, a política cultural portuguesa foi marcadamente segregacionista, procurando impedir o contato de estrangeiros com os residentes, de modo a tornar a colônia impermeável às idéias correntes no "mundo civilizado". Um exemplo indicativo do estreitamento a que chegou essa política pode ser encontrado no aviso encaminhado pelo governo da metrópole a seu delegado do Pará, já em 2 de junho de 1800, proibindo a vinda de Humboldt ao Brasil (Azevedo, 1966, p.372).

Apesar disso, algumas missões científicas aqui estiveram, embora limitando-se a coletar e classificar nossas riquezas naturais, fascinadas pelo exótico, e produzindo apenas cartas esparsas contendo notas de viagem. Com a transmigração da corte portuguesa para o Brasil, o governo tomou uma série de medidas, visando organizar o país para que pudesse vir a se tornar o centro administrativo do império. Com a abertura dos portos às nações amigas, foram facilitadas as relações, em termos intelectuais, com outros países europeus; e, em decorrência, obras estrangeiras passaram a entrar aqui, livremente. Teve início também uma fase de grandes expedições científicas, sobretudo no campo da História Natural (Morel, 1979, p.29).

Proclamada a Independência, começou uma fase de debates e discussões sobre o ensino, com vistas à estruturação da educação nacional. Desde o século XVIII, idéias filosóficas, políticas e educacionais européias, especialmente francesas, influenciavam as elites brasileiras formadas no exterior. No século XIX, essas idéias passaram a predominar no ensino, servindo, em alguns momentos, de modelo orientador.

A linha de pensamento que marcou esse século, entre nós, foi permeada de várias concepções, cobrindo enorme gama, desde o ecletismo espiritualista até o positivismo. Em relação às questões de ensino e educação, em geral, essas concepções traduziam preocupações pedagógicas vinculadas a um melhor atendimento de nossas necessidades, faltando ainda realizar um reconhecimento fundamentado e objetivo da realidade educacional como parte de uma totalidade concreta.

O século XIX foi marcado, ainda, pela presença de numerosos sábios estrangeiros, sobretudo alemães, franceses e ingleses, membros da comitiva que acompanhava a Princesa Leopoldina, quando de seu casamento com D. Pedro. Eram eles: o botânico e entomólogo João Cristiano Nikan, de Praga — chefe da expedição; o médico e naturalista João Emanuel Pohl; o paisagista Tomás Ender e o pintor de plantas João Buhberger. Da Baviera, vieram, ainda, o naturalista Carlos Felipe von Martius (médico e botânico) e o zoólogo João Batista von Spix (Holanda, 1965, p.123-6). Além desses naturalistas, também aqui estiveram geólogos, geógrafos e paleontólogos, como Varnhagen e Peter Lund. No entanto, esses cientistas, "representantes de uma cultura científica mais avançada, passam pelo país sem fundar escolas, sem alterar a cultura nacional, levando com eles quantidades imensas de material científico" (Morel, 1979, p.31).

Como imperador, D. Pedro II notabilizou-se pelo incentivo às artes e às ciências. Mas suas iniciativas, como lembra Morel, "confundiam-se mais com as de um Mecenas que propriamente com as de um administrador".

Proclamada a República, não houve alteração para melhor nas atividades de ensino, nem nas atividades científicas do país. Ao contrário, a República herdou do Império um sistema de instrução falho, que requeria uma reestruturação urgente capaz de transformá-lo na mola propulsora da nova ordem, em busca de seus objetivos. Permaneceu, no entanto, o ensino superior à margem dos movimentos de renovação científica que marcaram os países industrializados. As características do sistema escolar e as limitações do sistema científico refletiam a estrutura da sociedade brasileira, na qual predominavam os interesses do setor agrário exportador, sobretudo da burguesia paulista e parte da mineira.

As importantes transformações ocorridas no país, a partir de 1930, induziram à modernização do ensino. Nesse contexto, viria a ser organizado um projeto universitário ratificador da política do governo central. A inexistência de um modelo de universidade e a ausência de idéias claras quanto ao que deveria ser o sistema universitário parecem ter contribuído para a busca, entre as experiências e os debates nos anos 20, daquelas contribuições ajustadas aos interesses mais próximos do espírito centralizador e autoritário que se fazia presente no pós 1930. Isso vai se refletir na Reforma do Ensino Superior de Francisco Campos, implantada especialmente pelos Decretos nºs 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931.

## **AS MISSÕES ESTRANGEIRAS EM INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS**

Apesar da tendência à homogeneização, reflexo da política autoritária em relação às instituições universitárias nos anos 30, houve iniciativas que expressavam posições divergentes. Entre outras, poder-se-iam destacar a criação, em 1933, da Escola Livre de Sociologia e Política (ESP) de São Paulo; em 1934, da Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, da Universidade do Distrito Federal (no Rio de Janeiro, então capital).

A criação da USP vinha ao encontro da ideologia que fornecia o suporte necessário a uma política que visava fortalecer a hegemonia do Estado de São Paulo, após a crise econômica e a perda de poder, que marcou o início da década. Tal como a Escola Livre de Sociologia e Política, fundada um ano antes, a criação da USP teve como ponto de partida a idéia de forjar um centro de renovação e de formação de elites culturais e políticas. Essa perspectiva foi claramente formulada por Júlio de Mesquita Filho (1968, p.198), um dos membros da comissão elaboradora de seu projeto de criação, ao afirmar: "Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer

a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da Federação”.

E, para conseguir isso, para pôr em funcionamento a universidade — como nos lembra, 50 anos depois, Roque Spencer Maciel de Barros, entre outros — era necessário buscar mestres europeus, convenientemente formados, portadores de uma tradição intelectual que não tínhamos, de métodos de trabalho que, em função do autodidatismo imperante, não se conheciam (Barros, 1984, p.12).

Assim, para integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, logo no primeiro ano de funcionamento, foram contratados 13 professores europeus — seis franceses, quatro italianos e três alemães. Alguns foram, depois, substituídos e outros tiveram seus contratos renovados<sup>1</sup>.

As convicções indiscutivelmente liberais de Mesquita Filho e dos demais fundadores da USP faziam-nos tentar de tudo para manter o espírito inspirador da organização da Universidade. Assim, “...para as cadeiras que dependiam diretamente da formação espiritual dos estudantes, isto é, para aqueles estudos que nunca são inteiramente ‘neutros’, preferiram-se mestres franceses, afinados com a tradição ocidental e que repudiavam os credos fascista e nazista” (Barros, 1984, p.12).

E a ameaça dessas influências nefastas sobre a formação da juventude foi contornada “...oferecendo à Itália algumas cadeiras de ciência pura — Análise Matemática, Geometria, Estatística, Geologia, Mineralogia e Língua e Literatura Italiana. Conservávamos para a França, líder da liberal democracia, aquelas de que dependia a formação espiritual dos futuros alunos: Filosofia, Sociologia, Economia Política, Geografia Humana, Letras Clássicas e Língua e Literatura Francesa. As demais — Química e História Natural — seriam preenchidas por alemães expulsos, ou em vésperas de o ser, de sua pátria, pelo hitlerismo” (Mesquita Filho, 1968, p.192).

Outro critério para a seleção não aceitava nenhum ministro religioso, em razão das restrições impostas pelo voto de obediência, o que evidencia o caráter laico da Filosofia da USP.

Na interpretação de Schwartzman, a preferência pela universidade francesa decorria do interesse por seu aspecto institucional e não de uma avaliação dos níveis de excelência de sua produção científica na área das ciências exatas, onde essa avaliação era menos controvertida. Para ele, isso também esclarece por que os professores das ciências sociais foram integralmente recrutados na França e por que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras reuniu todos os ramos da ciência numa só instituição, oportunizando alto poder de geração e irradiação de uma nova mentalidade (Schwartzman, 1979, p.198-9).

A Escola Livre de Sociologia e Política foi fundada um ano antes, sob a influência dos mesmos ideais inspiradores da criação da Universidade de São Paulo. Aqueles que a construíram visavam “fomentar a criação de verdadeiras elites administrativas (...),

especialmente que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais, econômicos e políticos da administração em geral e da administração pública em particular (e) lançar as bases de uma verdadeira engenharia social” (Roberto Simonsen, apud Morel, 1979, p.39).

Para tanto, foram planejadas diferentes atividades, além dos cursos regulares, havendo a preocupação em associar o ensino à pesquisa. Para dar conta de tal empreendimento, somados aos professores brasileiros escolhidos na Escola Politécnica e na Faculdade de Medicina, são convidados alguns estrangeiros: Antonio Piccarolo, da Universidade de Turin, que lecionou, nos primeiros anos, a cadeira Introdução à Economia, onde foram analisados, entre outros, problemas de macroeconomia, as idéias de Marx e o materialismo histórico; Samuel H. Lowrie, da Universidade de Colúmbia, professor de Sociologia Geral que, como professor da Escola, realizou a primeira pesquisa no país sobre padrões de vida das camadas mais pobres da população; esse trabalho respaldou, mais tarde, os estudos conduzentes à formulação do salário mínimo; Horace B. Davis, também da Universidade de Colúmbia, responsável pela cadeira de Economia Social. Entre seus alunos pode-se destacar Alexandre Kafka que, mais tarde, realizou as primeiras avaliações brasileiras do produto nacional bruto e da renda *per capita*. Outro colaborador estrangeiro que exerceu importante influência no início da Escola foi o engenheiro Bruno Rudolfer, vindo da Europa Central, aqui ministrando um curso de estatística de alto nível (Fávero, 1980, p.59-60.)

Em 1935, durante a gestão do Prefeito Pedro Ernesto, na Prefeitura da Capital da República foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), graças ao esforço, tenacidade e iniciativa de Anísio Teixeira, seu Secretário de Educação. Para Anísio, essa universidade tinha como missão principal desenvolver a cultura, as artes e a ciência. Isso poderá ser depreendido de seu primeiro discurso, por ocasião da inauguração dos cursos da UDF, onde afirmava caber à instituição “(...) manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não-intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva” (Teixeira, 1962, p.183).

À semelhança do que ocorria nas outras duas instituições, esse educador também se preocupava com a formação utilitarista e limitada que era ministrada em nossas universidades. Transformada em cartório, dizia ele, a universidade brasileira substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, transformando-se a educação em título para ganhar emprego. Sua con-

1 A relação dos professores estrangeiros que participaram do processo de implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP pode ser encontrada em Cunha, L.A. (1980, p.240-1).

cepção de universidade, além de compreender o papel de formadora da elite condutora do país, inclui também o caráter de agente socializador do saber. Assim, via a UDF como "(...) uma universidade cujas escolas visam o preparo do quadro intelectual do país, que até hoje tem formado ao sabor do mais abandonado e mais precário autodidatismo (...) É esse isolamento que a universidade virá destruir. A universidade socializa cultura, socializando os meios de adquiri-la. A identidade de processos, a identidade de vida, e a própria unidade local farão com que nos cultivemos em sociedade. (...) Somos isolados e hostis, porque é isolada e hostil a forma de nos prepararmos intelectualmente para as lutas da vida e do espírito" (Teixeira, 1962, p.185-7).

Deixava passar, assim, a idéia de que, na construção dessa instituição, num país como o nosso, sem tradição de pesquisa científica "pura", nem de cultura "desinteressada", tornava-se necessária a vinda de professores provenientes de países onde já existisse essa tradição.

Nessa mesma perspectiva e com os mesmos ideais de Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto (1935, p.8), primeiro Reitor da UDF, afirmava:

"Não queremos, para isso, inventar métodos, apesar de autodidatas que sempre fomos, queremos aprender com a experiência plurissecular da Europa e da Norte América, que nos devem ensinar. Plantar de galho, que anda mais rápido do que de semente. Vamos trazer os primeiros professores estrangeiros. Sem preferência de nacionalidade, apenas atendendo, no começo, aos mais facilmente assimiláveis. Já temos tratos internacionais para escolher os melhores dentre os bons".

Com o cuidado de colocar o interesse universitário, o ensino e a excelência do saber à frente de posturas ideológicas ou clientelistas, Afrânio Peixoto foi escolhido para ir à Europa recrutar os professores estrangeiros. A preocupação com o ensino e, em decorrência disso, com a necessidade do domínio de nossa língua, leva-o a priorizar, em sua escolha, mestres da França, de Portugal, da Itália e da Espanha. Todo o processo de contratação dos professores estrangeiros na UDF foi, também, permeado pelo cuidado com a cultura nacional. Não se pretendia uma importação de idéias ou um colonialismo cultural, pois, segundo esse autor (1935, p.8), "Elas serão, essas missões culturais, a *souche*, a soca diremos nós, donde brotará disseminada a cultura nacional, não mais o esforço individual de alguns autodidatas, senão extensão popular e coletiva de culturas, que serão a cultura brasileira, dado o exemplo, sempre fértil em contágios e imitações.

Isso, porém, será apenas o começo. Esses estrangeiros eminentes virão, semearão, enxertarão, porão estacas e mudas na alma nacional e participarão com as nossas bênçãos e reconhecimento. É aqui, conosco, pela fecundação desse espírito universal na alma brasileira que deve nascer e crescer e estender-se a consciência esclarecida pela cultura, que será digna do Brasil, os futuros e definitivos professores serão to-

dos brasileiros. Esses mestres serão os primeiros produtos da universidade. Esses brasileiros, os mestres do Brasil".

A Universidade do Distrito Federal, durante seus poucos anos de existência, contou, assim, com a colaboração de renomados professores: Emile Bréhier (Filosofia); Eugène Albertini, Henri Hauser (História); Henri Tronchon (Literatura); Gaston Leduc (Economia); Pierre Deffontaines (Geografia); Robert Garric (Literatura); Jacques Perret (Língua e Literatura Greco-Romanas), todos da França. Além dos franceses, contou também com a contribuição de professores de outras nacionalidades, destacando-se, entre os alemães, Bernhard Gross (Física); Alfred Schaeffer (Química); Otto Rohe (Química) e Victor Leinz (Geologia e Paleontologia)<sup>2</sup>.

Nascida num momento em que o país se encaminhava para a implantação de um regime autoritário, a UDF tornou-se uma instituição flagrantemente incômoda, diante do modelo padrão de universidade outorgado em 1937, através da implantação da Universidade do Brasil. A UDF foi então extinta pelo decreto nº 1063 de 20/1/1939, sendo seus cursos incorporados àquela universidade.

## A CONTRATAÇÃO DE ESTRANGEIROS PARA A FNFI

A análise atenta dos acontecimentos de 1930 e 1937 nos leva a pensar os dois momentos como etapas de um mesmo processo. Daí a importância estratégica assumida pela Revolução de 30 no discurso de 1937 e daí, também, a especificidade de 1930 guardar em seu interior a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe é posterior: o início daquilo que efetivamente e sem máscara será realizado no Estado Novo (Gomes et al., p.112-3).

Nesse contexto, o governo gesta, durante a década de 30, seu próprio projeto universitário, articulando medidas: desde a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, passando pela proposta de reestruturação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1935, pela institucionalização da Universidade do Brasil-UB, em 1937, até a criação da Faculdade Nacional de Filosofia-FNFI, em 1939, como parte dessa universidade.

As preocupações básicas vigentes em todo esse período concentram-se em homogeneizar as iniciativas educacionais mais relevantes e as normas básicas orientadoras dos rumos da educação.

Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, de 1934 até o final do Estado Novo, vai idealizar a FNFI como uma força orientadora da produção intelectual do país. No discurso que pronunciou por ocasião da inauguração dos cursos da FNFI, in-

2 Segundo Antonio Paim, *Por uma universidade no Rio de Janeiro*, apud Schwartzman (1982, p.71-2). A respeito do trabalho dos professores franceses na UDF, consultar UDF(1937).

titulado *A cultura e o espírito — bases da Nação*, refere-se a seus objetivos como o "propósito de aprimorar, orientar e disciplinar" as bases gerais de cultura do país" (Capanema, 1939a). De acordo com os princípios firmados na Exposição de Motivos de 27 de março de 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia é criada, pelo Decreto-lei nº 1.190/39, com as seguintes finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatas ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, constituidores de objeto do seu ensino.

Todas as evidências levam a crer que, das três finalidades definidas para a Faculdade na data de sua criação, ênfase maior foi dada ao caráter profissionalizante de seus cursos, ficando sua função eminentemente cultural e científica em segundo plano, com exceção talvez de sua seção de ciências.

A FNFi foi organizada compreendendo quatro seções fundamentais: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, mantendo, desde o início, 11 cursos estruturados em três séries mais uma — o curso especial de didática. Com a conclusão das três primeiras séries, o aluno vai receber seu título e diploma de bacharel, sendo-lhe então facultada a matrícula no Curso de Didática, ao cabo do qual lhe é outorgado o diploma de licenciado, com direito a exercer o magistério, segundo sua área de estudos, em curso Secundário ou Normal. Os cursos oferecidos eram: Matemática, Física, Química, História Natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Filosofia e Pedagogia. Em 1943 é instituído o curso de Jornalismo, vindo a ser inaugurado somente em 1948. Quanto ao curso de Psicologia, só vai ter início em 1962<sup>3</sup>.

Há quatro anos, um grupo de pesquisa da Faculdade de Educação da UFRJ vem procurando conhecer os fatos que contribuíram para os caminhos e descaminhos da Faculdade Nacional de Filosofia, desde sua criação até sua fragmentação, processada entre 1967 e 1968, quando a UB é extinta e a FNFi dá origem a mais de 10 unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, entre as quais a própria Faculdade de Educação.

Os motivos que levaram à análise da participação dos professores estrangeiros na FNFi, em seu período inicial, são de duas ordens. Em primeiro lugar, ser essa instituição um padrão para as demais faculdades de filosofia existentes e a serem criadas, assim se mantendo até o final do Estado Novo. E, em segundo lugar, pela inexistência de uma análise mais sistemática acerca da contribuição que esse conjunto de professores teria aportado para a constituição da Faculdade e para a própria ciência no Brasil.

## Contratação e política

A contratação dos professores estrangeiros foi considerada elemento indispensável à institucionalização plena da FNFi, como pode ser comprovada pela correspondência dirigida ao Presidente Vargas pelo Ministro Capanema (s.d.a), em que esse justificou a necessidade daqueles: "É preciso reconhecer que não há no Brasil professores para certas e determinadas disciplinas universitárias. Chamá-los de fora é um dever. E eles devem ser chamados, não para fazer vagas e rápidas conferências para meia dúzia de dilettantes (...) mas para dirigir as cátedras, por todo o ano escolar, dando-lhes a disciplina, a orientação, a feição conveniente".

E, argumentando quanto à possível suspeição de servilismo irrestrito ao saber estrangeiro, Capanema acrescentou "nisto não haverá vexame para ninguém. Ao contrário. Os espíritos inquietos do saber só acharão vantagem no fato de poder aumentar, com a experiência vinda de fora, os próprios conhecimentos".

Esta posição era partilhada também por intelectuais cariocas favoráveis à contratação, entre os quais se situava Alceu Amoroso Lima (1939) que, quando da inauguração dos cursos da FNFi, assim se pronunciou: "em boa hora, para melhor aparelhamento em vista dessa alta finalidade (formação profunda da personalidade), pensou o Governo em solicitar a colaboração de outros povos, que na história da civilização já têm distinguido como pioneiros do saber e da cultura. O nacionalismo só é uma força justa quando foge a todo jacobismo e a toda xenofobia. Queremos bem à nossa pátria. Queremo-la cada vez mais digna e mais poderosa. Mas para isso confiamos, acima de tudo, nas armas do saber e da virtude. E pedimos sem falsos arreganhos de suficiência as lições daqueles que estão em condições de no-las fornecer".

Em outras instituições, oriundas de iniciativas não subordinadas ao governo central e criadas no período anterior à instauração do Estado Novo, o processo de contratação de professores estrangeiros caracterizou-se, como vimos, pelo comissionamento de intelectuais conceituados. Diferentemente delas, porém, os contatos na Faculdade Nacional de Filosofia, com vistas à identificação e posterior contratação de professores interessados em vir trabalhar no Brasil, foram realizados ou por iniciativa do Ministério da Educação e Saúde — o Ministro Capanema em pessoa — ou através dele.

No caso da França, Capanema articulou-se com a embaixada francesa e, mais diretamente, com Georges Dumas, em Paris, de modo a que o próprio Dumas procedesse à escolha e fizesse contatos na Sorbonne, conforme uma lista de disciplinas a ele encaminhada. Vale destacar que Capanema, no caso das disciplinas Psicologia e Sociologia, estabeleceu uma restrição quanto à contratação de mestres não-católicos. Segundo ele,

3 Consultar, a respeito, Bittencourt (1955, p.23); Observações ... (s.d.); Fávero et al.(1989a).

"Para a psicologia e a sociologia, desejo professores habituados à pesquisa e de estudos bem orientados, mas ligados à Igreja. A faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí, não encontrar eu boa acolhida para os nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à Igreja ou dela divergentes" (Capanema, 1939b).

Nos casos da Itália e da Espanha e, mais tarde, dos Estados Unidos, há documentos indicadores de terem sido os contratos realizados exclusivamente através de negociações diplomáticas. Ressalve-se que, no segundo caso, esses foram realizados pelo Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil naquele país (Sola, 1939; Capanema, 1939c, 1943).

Tal tipo de estratégia indicaria a prioridade dada ao atendimento de interesses político-ideológicos, em detrimento daquela referente à construção de uma instituição que pudesse vir a se firmar por seu renome internacional no campo da pesquisa.

É interessante destacar que, dentre os documentos examinados, apenas na carta de Capanema a Dumas encontram-se explicitados os critérios genéricos orientadores das contratações: professores habituados à pesquisa e a estudos bem orientados, mas católicos, no caso da Psicologia e Sociologia. Isso e mais o processo de contratação permitem-nos corroborar, de certo modo, as afirmações de Jayme Tiomno em sua entrevista<sup>4</sup>:

*Na FNFi — não sei se intencionalmente ou não — o Ministério da Educação do Brasil pediu ao Ministério da Educação italiano que indicasse o nome de professores conforme uma lista de disciplinas enviada ao segundo (...) Dos físicos e matemáticos que vieram para o Rio, Luigi Sobrero foi o único que tinha uma categoria internacional. Os outros, ou não tinham tanta categoria, ou vieram para cá fazer propaganda do fascismo. Porque, é claro, o Ministério da Educação, ao selecionar essas pessoas, deu preferência aos ativistas fascistas. Lembra-me de Dalberto Faggiani — Física Geral e Experimental — fazendo propaganda fascista e péssimo professor de Física.*

Em correspondência dirigida ao Presidente, o Ministro Capanema (1939d) explicitou o número de cadeiras — cerca de 15 — de regência exclusiva dos docentes estrangeiros (História da Filosofia, Sociologia, Análise Matemática e Análise Superior, Física Teórica e Física Superior, Físico-Química e Química Superior, Língua e Literatura Grega, Filologia Românica etc.) — e solicitou autorização para iniciar gestões no exterior com vistas a preencher as vagas, nas mesmas bases das contratações realizadas pela USP e pela UDF. Essa autorização foi concedida imediatamente, tanto assim que, no dia seguinte, o Ministro expediu ofício para o reitor da Universidade do Brasil, afirmando estar autorizado "pelo Presidente a contratar uns 15 professores estrangeiros". Demandou, além de outras providências, a definição das cadeiras a serem oferecidas em 1939. Até a efetivação do processo, as cadeiras seriam regidas por assistentes "por nós mesmos escolhidos" (Capanema 1939e).

Durante a realização das gestões, nota-se, contudo, que, apesar de haver um envolvimento quase pessoal de Capanema no processo, a máquina burocrática do Ministério conduziu a questão com uma certa lentidão, podendo, em um caso ou em outro, quase ter prejudicado a vinda de alguns dos professores. No caso francês, há um telegrama de Georges Dumas (1939) para Capanema dando conta de que as contratações na França exigiam maior presteza por parte do governo brasileiro. O telegrama, possivelmente, foi emitido concomitantemente a outro, enviado para o embaixador francês no Brasil, que vai solicitar de Capanema um posicionamento que pudesse ser transmitido à França. Em 10 de junho de 1939 nova correspondência foi encaminhada a Capanema, e nela, de forma mais explícita, o ministro foi instado a definir-se rapidamente com respeito aos contratos de professores franceses (França, 1939a,b).

Finalmente, a 19 de julho, Alceu Amoroso Lima (1939) registrou em seu discurso, proferido na solenidade de inauguração dos cursos da FNFi, a presença, no corpo docente, de três professores franceses: Strowski, Bon e Gros, elogiando-os como "três luminárias da velha cultura imortal da França, representantes de três gerações sucessivas, que são bem a imagem dessa memorável tradição universitária francesa cujo louvor é supérfluo fazer".

As condições de contrato dos professores poderiam incluir além dos vencimentos, o pagamento das despesas de viagem e das viagens de férias fora do Brasil. Isso se evidencia em um momento da carta do Ministro Capanema (1940) ao Prof. Maurice Byé: "Os vencimentos serão de quatro contos por mês, que serão pagos de janeiro a dezembro aos professores já admitidos e que vão continuar nas suas funções. Os novos perceberão esses vencimentos a partir de sua chegada no Brasil. As despesas de viagem serão pagas a estes últimos. Estou procurando obter pagamento dos gastos de viagem também para os professores que, como o senhor, passarão as férias fora do Brasil. Deste assunto darei em breve novas informações à Embaixada Francesa".

A evolução do processo de contratação/permanência de professores estrangeiros na FNFi está registrada em diferentes documentos. Entre eles, destacamos alguns:

a) a carta, acima referida, de Capanema a Maurice Byé informando manter o Ministério da Educação, em 1940, o contrato dos oito professores franceses, vindos em 1939 para a Faculdade Nacional de Filosofia. Por essa correspondência, ficamos sabendo do distraito de dois e das sugestões para sua substituição: o

4 Os depoimentos dos professores Jayme Tiomno, Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, Leopoldo Nachbin, Layden Cavalcanti, Lydnéa Gassmann, Maria Yedda F. Leite Linhares, Eulália Maria Lahmeyer Lobo, Djacir Menezes e Maria Angela Vinagre de Almeida são aqui mencionados ou transcritos segundo as entrevistas que concederam à equipe de pesquisa ao longo de 1989.

Prof. Deffontaines, para ocupar a cadeira de Geografia Humana, no lugar do Prof. Gibert, e o Prof. Renouvin, de História Moderna e Contemporânea, para responder pela cadeira de Política em substituição ao Prof. Gros.

b) correspondência do Ministro Capanema dirigida ao Ministério das Relações Exteriores, comunicando dispor-se o Coordenador de Negócios Interamericanos a pagar, naquele ano, todas as despesas de um professor americano para lecionar literatura norte-americana e, no ano seguinte, pagar metade das despesas, correndo as demais por conta do governo brasileiro. Solicitou Capanema que fosse dado o aceite ao favorecimento e que se pedisse ao Coordenador para que procedesse à escolha do professor (Capanema, s.d.b).

c) carta do Prof. Djalma Hasselmann (1945), então diretor da FNFi, dirigida ao Ministro Capanema, informando a respeito das medidas assentadas com relação aos contratos de professores estrangeiros para o ano de 1946. Tais medidas — explicava o diretor — foram sugeridas pela Diretoria, aceitas pelo Conselho Técnico Administrativo — CTA e aprovadas por Capanema após ter ouvido o Magnífico Reitor, podendo ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- a contratação de professores estrangeiros seria feita para cursos especializados e por períodos limitados, à exceção das cadeiras em que não houvesse catedrático efetivo ou interino (a nomeação interina persistia enquanto durasse o contrato do professor estrangeiro);

- a rescisão dos contratos dos professores Jacques Lambert, Antoine Bon e René Poirier seria feita nas datas em que eles embarcassem para a França, ainda em 1945;

- a possível substituição dos três professores acima mencionados por professores de História Moderna, Economia Política e Física Teórica e a autorização para convidar o Prof. M. Reinhardt para a primeira delas. Na mesma carta, registra-se, também: primeiro, o adido cultural da embaixada francesa comunicou ter de modificar o nome pensado para Economia Política e ter de indicar outro; segundo, o CTA chegara à conclusão de não ser conveniente ter um professor contratado para a cadeira de Física Teórica e Superior, em 1946, entre outros motivos, porque René Poirier deveria voltar para ministrar um curso especializado de Filosofia das Ciências, entre abril e julho de 46; e, finalmente; apenas quatro, dentre as 47 cadeiras, ficaram sem professores catedráticos nomeados: Literatura Americana (Prof. Morton Zabel), Língua e Literatura Inglesa (Prof. Melissa Hull), Literatura Alemã (Prof. Stefan S. Schill) e Botânica (Prof. Karl Arens).

Como contratados para cursos de especialização, em 1946, continuariam os Profs. Fortunat Strowski, Francis Ruellan, Jerzi Zbroesk, Achille Bassi, Antonio Monteiro e René Poirier. Estavam sendo estudadas as contratações de dois professores americanos para cursos especializados de Biologia e Geografia Física. Mas o CTA considerou não ser hábil aceitar novos compromissos sem consultar as conveniências das

demais cadeiras, as possibilidades orçamentárias e, especialmente, o interesse dos alunos pelos temas de modo a evitar cursos de professores estrangeiros com dois ou três alunos e numa só aula semanal, como ainda existiam (Hasselmann, 1945).

Em janeiro de 1945, o Diretor San Tiago Dantas, em ofício dirigido ao Reitor Raul Leitão da Cunha, fez referência "a entendimentos havidos entre a universidade e o DASP para regularizar a situação das cadeiras em que há professor catedrático interino e regente estrangeiro contratado", tendo sido sugerido que esse último fosse empregado a título de "professor extraordinário" (Dantas, 1945). Outrossim, propôs a recondução do italiano Achille Bassi.

As contratações por prazos mais longos vão escasseando em meados da década de 40, passando a concentrar-se as vindas de professores estrangeiros para cursos de extensão universitária. Tal foi o caso, por exemplo, de Jean Dézy, William Rex Crawford, Charles Eaton e William George Merhab, entre outros.

Apresentamos, a seguir, três quadros, contendo a relação nominal de todos os contratados no início dos cursos, em 1939 e, depois, em 1941, quando sua frequência já havia sido bastante reduzida.

Infelizmente, não é possível ainda estabelecer o significado numérico dos professores estrangeiros contratados em 1939 frente aos professores brasileiros, dado que as informações disponíveis até o momento referem-se apenas à listagem de possíveis contratados. Em futuro próximo, acreditamos que essas informações já poderão ser encontradas. Em 1941, no entanto, os professores estrangeiros correspondiam a cerca de um quarto do número de brasileiros na FNFi (79), entre catedráticos e assistentes, sendo que chegavam a 41% do total de catedráticos (46). Já em 1945, os estrangeiros vão representar 11% frente aos catedráticos brasileiros efetivos e interinos e aos assistentes (90), e 23% dos catedráticos efetivos e interinos (43).

Um exame dos quadros 1, 2 e 3 e da documentação em geral nos aponta dois aspectos a serem ressaltados: tal como nas outras instituições referidas, os professores franceses foram contratados para atuar na área das ciências humanas e sociais e os italianos, à exceção do responsável pela disciplina de Língua e Literatura Italiana, para atuar nas ciências exatas ou da natureza. É possível observar também que todos os professores italianos tiveram seus contratos rescindidos em 1942, ano em que o Brasil entrou no conflito mundial contra os países do Eixo (Universidade do Brasil, 1945, p.1-4).

## Reações

A presença dos estrangeiros no corpo docente da FNFi não se deu sem reações, devido, possivelmente, à forma autoritária e centralizadora como se processaram as contratações. Segundo consta, houve inclusive casos de docentes brasileiros que se demitiram,

QUADRO 1

**FNFi: Professores estrangeiros contratados em 1939**

Cadeira	Nome	Origem da contratação
Geografia Humana	André Gibert	França
Política	André Gros	França
Psicologia Experimental	André Ombredane	França
História da Antigüidade e da Idade Moderna	Antoine Bon	França
Língua e Literatura Francesa	Fortunat Strowski Robkowa	França
Botânica	Karl Arens	Alemanha
Língua e Literatura Inglesa	Melissa Stodart Hull	Inglaterra
História da Filosofia	René Lucien Poirier	França
Geometria Superior	Achille Bassi	Itália
Literatura Espanhola e Hispano-Americana	Eugenio Julio Iglesias	Argentina
Mecânica Racional	Benedetto Zunini	Itália
Físico-Química e Química Superior	Camillo Porlezza	Itália
Literatura Portuguesa	Fidelino de Figueiredo	Portugal
Análise Superior	Gabriele Mammana	Itália
Língua e Literatura Italiana	Giulio Dolci	Itália
Sociologia	Jacques Lambert	França
Física Teórica e Física Superior	Luigi Sobrero	Itália
Economia Política	Maurice Byé	França

Fontes: Cunha, R.L. (1939a, b).

QUADRO 2

**FNFi: professores estrangeiros contratados em 1941**

Cadeira	Nome	Origem da contratação
História da Filosofia	René Lucien Poirier	França
Psicologia Experimental	André Ombredane	França
Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação	Jacques Lambert	França
Análise Matemática e Análise Superior	Gabrielle Mammana	Itália
Geometria Superior e Complementos de Geometria	Achille Bassi	Itália
Mecânica Racional e Mecânica Celeste	Benedetto Zunini	Itália
Física Geral e Experimental e Física Matemática	Luigi Sobrero	Itália
Físico-Química e Química Superior	Camillo Porlezza	Itália
Botânica	Karl Arens	Alemanha
História da Antigüidade e da Idade Média	Antoine Bon	França
História Moderna e História Contemporânea	Victor Marie Lucien Tapié	França
Economia Política e História das Doutrinas Econômicas	Maurice Byé	França
Língua Portuguesa	Fidelino de Figueiredo	Portugal
Língua e Literatura Francesa	Fortunat Strowski Robkowa	França
Língua e Literatura Italiana	Giulio Dolci	Itália
Língua e Literatura Espanhola	Eugenio Julio Iglesias	Argentina
Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Anglo-Americana	Melissa Stodart Hull	Inglaterra
Língua e Literatura Alemã	Josef Hornung	Alemanha
Literatura Hispano-Americana	Henrique Rodrigues Fabregat	Uruguai

Fonte: Cunha, R.L. (1941a).



como o de Lélío Gama, sentindo-se discriminado com a vinda dos professores italianos para os cursos de Matemática e Física, e o de Luiz Freire, que não concordou com o tratamento diferencial dispensado aos estrangeiros *vis-à-vis* aos brasileiros, dado que o DASP recusou-se a pagar suas despesas de mudança do Recife para o Rio (cf. depoimento de Maria Laura L. Lopes).

O caráter de resistência torna-se patente também na carta enviada por um professor do curso de Psicologia ao Ministro Capanema, penitenciando-se por ter recebido, inicialmente, com ceticismo a vinda daqueles professores. Após um semestre como auxiliar do Prof. André Ombredane, declarou:

"O que tenho observado e assimilado nesse período, faz-me pensar que cometi para com V. Exa. um grande erro quando, com muitos outros professores e intelectuais brasileiros, recebi com ceticismo a vinda dos professores estrangeiros ao Brasil; faz-me pensar que a iniciativa de V. Exa. tem sido mal compreendida por muitos, como o foi inicialmente por mim, e que isso é devido sobretudo a esse falso sentimento de suficiência do autodidatismo brasileiro, o qual — hoje o vejo mais claramente do que nunca — constitui um dos maiores obstáculos ao processo da cultura nacional; (...) o que é preciso é remover do espírito dos nossos intelectuais esses preconceitos e esse vaidoso sentimento de suficiência, que só nos tem sido e continua a ser prejudicial. Se ele me houvesse dominado há cinco meses atrás, talvez eu tivesse preferido ser catedrático de outra disciplina a ser auxiliar de Psicologia de um professor estrangeiro.

Sinto-me hoje feliz em ter resistido a essa inútil vaidade, a que outros, talvez, não teriam sabido resistir (...)" (Andrade, 1939).

Outro tipo de reação pode ser debitada ao tradicional clientelismo vigente no tratamento da coisa pública no Brasil. Uma correspondência para Capanema, originada do Gabinete do Consultor Jurídico do Banco do Brasil, dá conta de uma crítica — embora velada — à atitude do ministro de contratar um estrangeiro para a cadeira de Política, ao mesmo tempo que recomenda, para a mesma, o nome de um deputado, ex-catedrático da Faculdade de Direito do Espírito Santo. É importante assinalar que o missivista argüiu Capanema quanto à sua coerência frente aos ideais do Estado Novo, caso se concretizasse essa medida. Assim se expressou:

"Ouvi dizer que se pensou em mandar vir da Sorbonne um professor para a cadeira (de Política). Não julguei que fosse fundada a notícia.

A todos os respeitos, se o eminente Amigo me permite, a importação de um professor estrangeiro para a regência efetiva da cadeira seria um contra-senso com a ordem de coisas instituída no país em 1937" (Neves, 1939).

Em 1941, um relatório do reitor para o ministro dava conta da existência de entraves burocráticos interpostos frente às necessidades de expansão do corpo docente nacional na Faculdade, sob o argumento de já terem sido contratados professores estrangeiros, indicando tornar-se necessário lutar e argumentar para vencer essa barreira. O citado relatório (Cunha, R.L., 1941) chama a atenção do Ministro para o fato

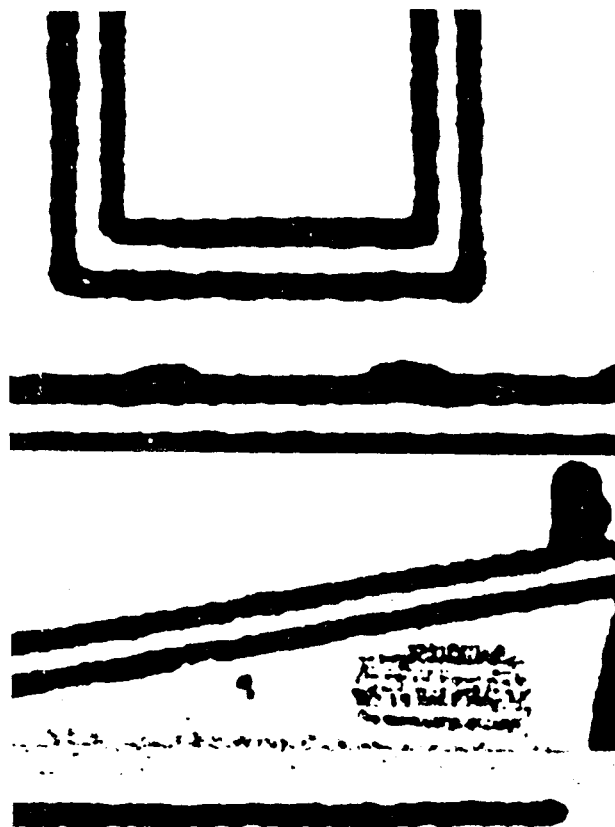
QUADRO 3

**FNFi: professores estrangeiros contratados em 1945**

Cadeira	Nome	Origem da contratação
Geometria Superior	Achille Bassi	Itália
Psicologia Experimental	André Ombredane	França
História da Antigüidade e da Idade Média	Antoine Bon	França
Análise Superior	Antonio Monteiro	Portugal
Língua e Literatura Francesa	Fortunat Strowski Robkowa	França
Geografia	Francis Ruellan	França
Ética	Jerzi Zbrozek	Polônia
Sociologia	Jacques Lambert	França
Estética	René Lucien Poirier	França
Literatura Norte-Americana	Morton Zabel	Estados Unidos

Fonte: Universidade do Brasil (1945, p.3).

Obs.: A Profa. Melissa Stodart Hull, a essa época, havia se tornado regente da cadeira de Língua e Literatura Inglesa, não sendo mais professora estrangeira contratada, e sim concursada.



de que os contratos de (...) professores estrangeiros, cinco dos quais para cadeiras que têm professor brasileiro efetivo ou interino, jamais deveriam servir de justificativa para a recusa de designação de assistentes em o número indispensável para a realização dos exercícios escolares, em classe ou fora dela, e os trabalhos de pesquisa determinados por lei. A presença de tais professores não poderia suprir a falta de assistentes, pois, de acordo com a legislação do ensino em vigor, a nenhum daqueles, brasileiro ou estrangeiro, caberia o desempenho das atribuições regulamentares dos auxiliares de ensino”.

Reação de outro caráter foi a do editorial do *Correio da Manhã*, (1951) atacando vigorosamente a baixa qualidade do corpo docente das universidades, em especial das Faculdades de Filosofia, e considerando que o concurso das missões culturais estrangeiras para elas foi dispensado muito antes do tempo. Diz ainda que os contatos mantidos, à época, com os estrangeiros “são quase sempre deturpados por interesses de política universitária, dando-se preferência a professores ligados às embaixadas, para se obter reciprocidade de convites”.

Trata-se, aqui, de uma crítica às mudanças ocorridas nos critérios de seleção de docentes, num período em que não se faziam mais presentes “missões” como as dos anos iniciais da FNFi e, sim, presenças mais ou menos “avulsas”, individualizadas. Como destacamos em trabalho anterior (Fávero et.al., 1989b),

o Conselho Departamental não deixou sem resposta os ataques, através de carta polida ao diretor do jornal, em 22/8/51, embora sem apresentar provas convincentes das declarações nela contidas.

### Contribuições dos professores estrangeiros

A despeito da utilização prioritária de critérios político-ideológicos na seleção dos docentes estrangeiros para a FNFi, uma avaliação de sua presença nessa instituição permite concordar, em certa medida, com estas afirmações contidas na revista *Arquivos* (Brasil, 1947):

“Sua missão entre nós teve caráter duplamente educativo: em relação aos alunos, pelo aprendizado conduzido com verdadeiro espírito científico e em relação aos colegas brasileiros, que, no contato com representantes dos grandes centros culturais, encontraram estímulo e orientação. Desta colaboração dos mestres estrangeiros lucrámos o aprimoramento do espírito universitário de indagação e de pesquisa pura e o hábito do trabalho em equipe”.

Leopoldo Nachbin observa que a influência exercida pelos professores italianos na área de Matemática limitou-se ao âmbito da sala de aula, ali ministrando cursos muito bons. Segundo ele, a pesquisa na FNFi era uma atividade muito recente, sendo sentida a influência sobre a pesquisa na área de Matemática, principalmente a partir de 1945, com a chegada do professor português Antônio Monteiro. Este era “uma dessas pessoas que gostavam de trabalhar” e teve um papel muito importante na formação dos matemáticos brasileiros. O Prof. Monteiro tinha muito presente a necessidade da titulação, por isso entusiasmou muito os Profs. Leopoldo Nachbin e Maurício Peixoto para fazerem livre-docência nas cadeiras das quais eram assistentes. Segundo Maria Laura Leite Lopes, o matemático Antônio Monteiro, por ser anti-salazarista, teve seu contrato cancelado em 1949, porque o Reitor Pedro Calmon era muito amigo de Salazar, resultando numa grande perda para a área da Matemática na FNFi.

Na Física, a situação já era um pouco diversa pois, entre 1940 e 1941, segundo Jayme Tiomno, os Profs. Sobrero e Gros entusiasmaram e mobilizaram os alunos para a pesquisa, animando e propondo seminários de estudos. Luigi Sobrero não só desenvolveu seus trabalhos em Física Matemática, como escreveu um livro em colaboração com Leite Lopes e Leopoldo Nachbin sobre a Teoria da Elasticidade (depoimento de Maria Laura L. Lopes).

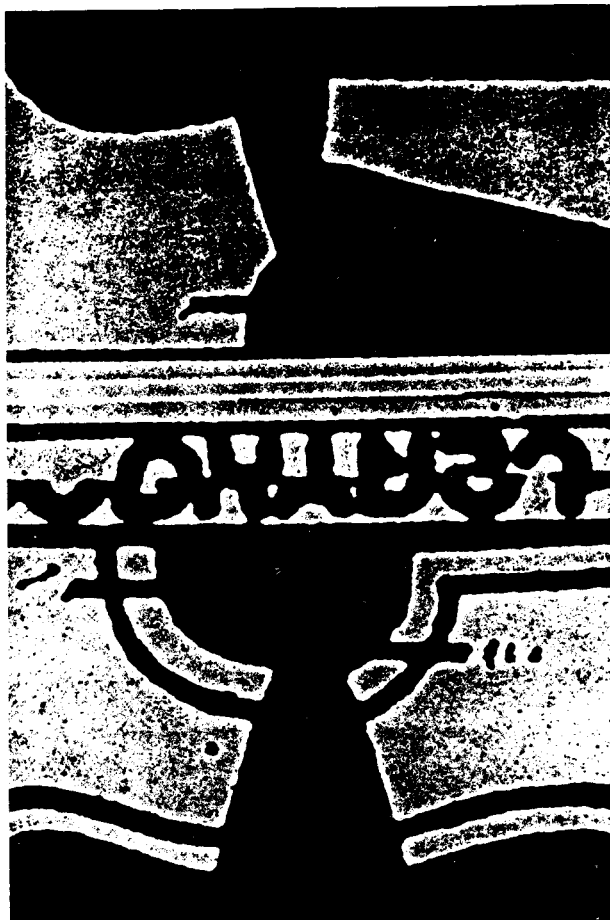
Na Genética, a avaliação feita pelo Prof. Lagden Cavalcanti da presença de Dobzhanski no Brasil, num programa de cooperação cultural conjunto entre a FNFi e a USP sob o patrocínio da Fundação Rockefeller, é de que ela permitiu, no espaço de dez anos — de 1948 a 1958 —, o nascimento da escola genética brasileira, que veio a se tornar a quinta ou sexta do mundo. A importância dessa escola, na FNFi,

foi destacada por Frota-Pessoa (1989) no simpósio "A Genética no Brasil: passado e futuro", e é também referida por Ferri (1979).

Mas não é apenas na pesquisa que se pode detectar a contribuição dos professores estrangeiros para a FNFi. A carta já citada de Almir Andrade, (1939), dirigida a Capanema, contém um bom retrospecto da contribuição dada por eles aos métodos de ensino, principalmente no caso da Psicologia. Comentando a influência — até a chegada dos franceses — das inovações da "escola ativa" americana sobre a transmissão de conhecimentos daquela disciplina, baseada em projetos e centros de interesse com aspecto imediatista e utilitário, o Prof. Almir contrapôs a ela o método francês, que não visava apenas o dinamismo do ensino e a clareza do pensamento. Por esse método, dizia ele, o estudante ficava sabendo e compreendendo o fundo de todas as questões, a despeito de não memorizar dados e elementos materiais da aprendizagem, que poderiam ser recuperados posteriormente nos livros. Da sua carta ressalta-se esse trecho, bastante elucidativo:

"A missão do professor é, antes de tudo, 'esclarecer', 'iluminar', procurar perspectivas, centros de irradiação, onde ele possa colocar-se para dali aclarar um campo determinado de problemas e torná-los familiares ao estudante. Esses centros de irradiação, no ensino da Psicologia, residem precisamente naquelas questões mais complexas de 'estruturação', de 'organização' psíquica, que nós costumávamos sistematicamente deixar para o fim e que, entretanto, devem ser o ponto de partida: problemas da 'percepção', da 'personalidade', das relações entre o pensamento e a ação, superestruturas mentais em suas formas mais complexas, mas que são, na realidade, suas manifestações mais intuitivas e mais 'claras', porque as atividades mais comuns da vida e mais facilmente compreendidas e assimiladas pelo estudante".

Caso típico de influência no ensino são os relatos feitos acerca da atuação de Francis Ruellan, marcante presença na FNFi pela adoção de trabalhos de campo como método de ensino de Geografia, coisa incomum até então no Rio de Janeiro. Se, com o professor brasileiro de Geografia, a maior proximidade conseguida da realidade geográfica era através de *slides*, com Ruellan tornou-se antológica a referência a uma viagem feita à região do rio Paraíba do Sul até Volta Redonda, em que os alunos ficaram três dias fazendo o levantamento geomorfológico de todo o trecho percorrido. Nos cursos de História dos professores franceses, por sua vez, era possível o contato direto com documentos, o que não ocorria com o trabalho dos professores brasileiros, que não tinham formação nem de historiadores, nem de geógrafos. Predominava a formação em Direito, no caso dos professores de História, aq contrário dos franceses, cuja tradição de especialização nas suas áreas respectivas era já muito longa. Isso resultou num contraste muito grande entre os dois grupos (cf. os depoimentos de Lydnéa Gassmann, Maria Yedda L. Linhares e Eulália M.L. Lobo).



Algumas referências mais abrangentes feitas nas entrevistas nos dão também a medida dessa contribuição, como a que fez o Prof. Djacir Menezes, citando entre outros estrangeiros que trabalharam na FNFi, Jacques Lambert, regente da cadeira de Sociologia e autor do clássico *Os dois Brasis*, trabalho de referência para a Sociologia brasileira até a década de 60. Do mesmo modo, a afirmação da Profa. Maria Angela Vinagre de Almeida que, ao avaliar aquela época e o papel dos professores franceses com os quais tivera contato, considera que há uma equivalência entre aqueles cursos e os de pós-graduação atuais.

Embora, nesses depoimentos, se louvem a eficiência, a seriedade e a responsabilidade dos professores estrangeiros, as opiniões não são unânimes em relação a todos eles. Isso é evidenciado pelos comentários pouco favoráveis do Prof. Tiomno a respeito da competência de alguns dos professores estrangeiros de Física e Matemática. Até o reitor da Universidade do Brasil teceu críticas a um deles, em relatório enviado ao Ministro Capanema, onde alerta que certo professor, "chegado da Itália a convite de V. Exa. para incumbir-se do ensino de Física Geral e Experimental, (...) não pôde lecionar com inteira responsabilidade à turma que lhe foi designada" (Cunha, R.L., 1939c).

Além dos problemas de caráter político-ideológico derivados do processo de seleção para a contratação, encontraram-se também, entre os professores estran-

geiros, problemas de ordem acadêmico-administrativa. Tal transparece na correspondência entre o diretor da Faculdade e o Ministro Capanema, onde San Tiago Dantas (1942) informa que o Prof. Enrique Rodrigues Fabregat não compareceu à Faculdade Nacional de Filosofia no ano de 1942. Esse comportamento ocasionou irregularidades na conclusão dos estudos dos alunos da 3ª série, que ficaram sem a disciplina Literatura Hispano-Americana. O contrato de Fabregat foi rescindido, mas, em 1942, como ele pretendia a recondução, o diretor se adiantou, informando a Capanema que, em 1941, a frequência do professor havia sido muito irregular. Por isso, sugeria a nomeação de um docente interino brasileiro, ou, então, que se contratasse um intelectual de outro país — que não o Uruguai —, de modo a propiciar aos alunos um panorama de literatura de outros países latino-americanos.

### O SIGNIFICADO DE UMA INICIATIVA

A presença de professores estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia pode ser vista sob dois ângulos: sua contribuição para o processo de desenvolvimento científico e cultural do país e o favorecimento da integração do Brasil ao mercado capitalista internacional, como buscaremos explicitar a seguir.

Depoimentos aqui apresentados apontam claramente para a importância de novas práticas de ensino introduzidas por alguns dos professores, mormente nas áreas de Psicologia, Geografia e História. Apesar de não ter sido possível rastrear, empiricamente, até que ponto essas formas de ensinar influíram na implantação de mudanças nas práticas posteriores, não seria demasiado afirmar que a "novidade", pelo impacto causado nos entrevistados, não ficou restrita àquelas salas de aula.

Além disso, destaque-se que alguns professores estrangeiros exerceram papel significativo na constituição do núcleo germinal de alguns dos grupos de pesquisa que ganharam vulto e se afirmaram mais adiante. Esse foi o caso de Dobzhansky, na Genética; de Antônio Monteiro, na Matemática; de Sobrero, na Física, entre outros.

Importante ressaltar: as relações de poder e de dominação ocorridas no interior da Universidade do Brasil e, logo, no interior da FNFi fizeram parte de um jogo maior nas relações entre centro e periferia dos países capitalistas. Dentro delas, a contratação daqueles professores para a Faculdade foi um momento do processo que integrou o Brasil mais tarde, competitivamente, ao mercado internacional, como parte do contexto que possibilitou a institucionalização de uma política científica no país, sobretudo a partir de 1951, com a criação do CNPq e da CAPES. Nessa política, o desenvolvimento da ciência e o aperfeiçoamento dos recursos humanos foram considerados questões essenciais para o progresso, desde que eles



conduzissem ao aperfeiçoamento das forças produtivas e, conseqüentemente, à expansão capitalista.

Em suma, o processo de contratação de professores e intercâmbio com instituições estrangeiras foram uma via de mão dupla: de um lado, deram nova forma a uma tradição existente, marcada pelo autodidatismo e pela improvisação, dando início a uma nova maneira de pensar e de construir o processo de fazer ciência. A pesquisa, até então privilégio de umas poucas instituições, passou a integrar a organização curricular universitária. E, a despeito de os efeitos da pesquisa se fazerem sentir de forma mais rápida e clara nas ciências exatas, a presença de alguns professores não-brasileiros trouxe contribuições igualmente significativas para as ciências humanas.

De outro lado, aquela contratação e aquele intercâmbio permitiram ao país atingir, já na década de 50, uma posição de destaque dentro das nações capitalistas, "exportando" cérebros para centros universitários de renome e projeção internacionais.

De forma cada vez mais acelerada, intensificou-se, a partir dos anos 60, o privilegiamento do capital monopolista pelo Estado, dentro do modelo de "segurança e desenvolvimento" (Ianni, 1978), momento em que nossa economia se internacionaliza. A orientação emprestada à política científica brasileira, nesse contexto, produziu uma reversão do processo transcorrido na década de 30, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Como um dos instrumentos de concretização da integração da economia ao mercado internacional, são agora os brasileiros que, maciçamente, vão formar-se no exterior, através dos programas de bolsas de estudo.

Ressalte-se, contudo, que todo esse processo na Faculdade Nacional de Filosofia não se deu de modo uníssono e unilateral, pois, como bem lembrou San Tiago Dantas em sua aula inaugural na FNFi, em 1964, durante os 25 anos de existência da Faculdade, ela "se tornou centro vivo de estudo, de pensamento e de controvérsia".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Almir. [Carta a Gustavo Capanema] Rio de Janeiro, 16 dez. 1939. [pasta V doc.2, série g]\*
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. 4.ed. Brasília: UnB, 1966.
- BARROS, Roque S. M. de Julio de Mesquita Filho e a universidade. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 jan. 1984. [Caderno especial comemorativo dos 50 anos da USP]
- BASTIDE, Paul Arbousse. Comemoração, memória e lembrança. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 jan. 1984. [Caderno especial comemorativo dos 50 anos da USP]
- BITTENCOURT, Raul. Breve histórico da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Filosofia. In: Univ. do Brasil. *DIGESTO da Faculdade Nacional de Filosofia*. Rio de Janeiro, 1955.
- BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Arquivos*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.101-27, mar./abr. 1947.
- CAPANEMA, Gustavo. A cultura e o espírito: bases da Nação. Rio de Janeiro, 1939a. [pasta IV doc.10, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Memorando ao Presidente Getulio Vargas] Rio de Janeiro, s.d.a [pasta V doc.4, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Carta a Georges Dumas] Rio de Janeiro, 17 jun. 1939b. [pasta II doc.51, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Carta ao Ministro Oswaldo Aranha, das Relações Exteriores] Rio de Janeiro, 23 jun. 1939c. [pasta III doc. 61, série g]\*
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 25 maio 1945. [pasta VII doc.20., série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Carta ao Presidente Getulio Vargas] Rio de Janeiro, 10 abr. 1939d. [pasta III doc.5, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Carta ao Reitor Raul Leitão da Cunha] Rio de Janeiro, 11 abr. 1939e. [pasta III doc. 6, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Carta ao Prof. Maurice Byé] Rio de Janeiro, 22 jan. 1940. [pasta VI doc.4, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Carta ao Ministro Oswaldo Aranha] Rio de Janeiro, s.d.b. [pasta VII doc 20, série g]\*
- CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporária: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUNHA, Raul Leitão da. [Relatório do Reitor da Universidade do Brasil ao Ministro da Educação e Saúde] Rio de Janeiro, 11 set. 1939a. [Arquivo FNFi/UFRJ]
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 10 out. 1939b. [pasta I doc.11, série g]\*
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 9 dez. 1939c [pasta I doc. 13, série g]\*
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 5 jul. 1941a. [Arquivo FNFi/UFRJ]
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 5 ago. 1941b. [Arquivo FNFi/UFRJ]
- DANTAS, Francisco San Tiago. Aula inaugural proferida na Faculdade Nacional de Filosofia em 20 de março de 1964. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, n. 27/28, p.576, set./dez. 1964.
- \_\_\_\_\_. [Carta ao ministro Gustavo Capanema] Rio de Janeiro, 23 nov. 1942 [pasta VII doc.11, série g]\*
- \_\_\_\_\_. [Ofício nº 115 do Diretor da FNFi ao Reitor Raul Leitão da Cunha em 22 de março de 1945] Rio de Janeiro, 1945. [Arquivo FNFi/UFRJ]
- DUARTE, Paulo. *Memória: selva obscura*. São Paulo: Hucitec, 1975. v.3, apud SCHWARTZMAN, 1979.
- DUMAS, Georges. [Telegrama ao Ministro Gustavo Capanema] Rio de Janeiro, 4 jun. 1939. [pasta III doc. 47 série g]\*
- ESP — ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. *Informações e programas*: 1, 1933-1944. São Paulo, s.d.
- FÁVERO, Maria de Lourdes A. *Universidade e poder: análise crítica e fundamentos históricos; 1930-1945*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- FÁVERO, Maria de Lourdes et al. *Faculdade Nacional de Filosofia: caminhos descaminhos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; INEP, 1989a. (Série Faculdade Nacional de Filosofia, Caderno 3)
- \_\_\_\_\_. *Faculdade Nacional de Filosofia: os cursos, começando a desenrolar um novo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; INEP, 1989b. (Série Faculdade Nacional de Filosofia, Caderno 4)
- FERRI, Mário G., MOTOYAMA, Shozo. *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1979.
- FRANÇA. Embaixador no Brasil. [Carta ao Ministro Capanema] Rio de Janeiro, 7 jun. 1939a. [pasta III doc.49, série g]\*
- \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 10 jun. 1939 [pasta III. doc. 51, série g]\*
- FROTA-PESSOA, Oswaldo. O passado que se faz presente. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.41, n.5, p. 456-61, maio 1989.
- GOMES, Angela M. C. et al. *Estado Novo, ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HASSELMANN, Djalma. [Carta do Diretor da FNFi ao Ministro Gustavo Capanema] Rio de Janeiro, 13 set. 1945. [pasta VIII doc. 37, série g]\*
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (coord.) *História da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. tomo II: O Brasil monárquico.
- IANNI, Octavio. Modelos políticos brasileiros. In: TUDO é História. São Paulo: AUPHIB; Brasiliense, 1978. (Série Cadernos de Pesquisa, 2)
- LIMA, Alceu de Amoroso. [Discurso pronunciado na solenidade de inauguração dos cursos da FNFi] Rio de Janeiro, 19 jul. 1939. [pasta II doc. 51, série g]\*
- MESQUITA FILHO, Julio de. *Política e cultura*. São Paulo: Martins, 1968.
- \_\_\_\_\_. Realização da revolução democrática. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 jan. 1984. [Caderno especial comemorativo dos 50 anos da USP].
- O MINISTRO e a cultura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 ago. 1951.
- MOREL, Regina L.M. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- NEVES, João [Carta ao Ministro Gustavo Capanema] Rio de Janeiro, 3 ago 1939. [pasta IV doc. 21 série g]\*
- OBSERVAÇÕES sobre a Universidade do Distrito Federal. Rio de Janeiro, s.d. [GC 38.09.18, série g]\*
- PEIXOTO, Afranio. Apresentação. *Boletim da UDF*, Rio de Janeiro, p.8, 1935.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.
- SIMONSEN, Roberto. *Ensaios sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1943. apud MOREL, 1979.
- SOLA, Ugo. [Carta do Embaixador da Itália ao Ministro Gustavo Capanema] Rio de Janeiro, 16 jun. 1939. [pasta II doc. 55, série g]\*
- TEIXEIRA, Anísio. Discurso pronunciado na inauguração dos cursos da UDF. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.37, n.85, p.181-8, jan./mar. 1962.
- UDF — UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. *Lições inaugurais da Missão Universitária Francesa durante o ano de 1936*. Rio de Janeiro, 1937.
- UNIVERSIDADE DO BRASIL. Faculdade Nacional de Filosofia. *Organização e regime escolar*. Rio de Janeiro, 1945. [Arquivo FNFi/UFRJ]

\* Os documentos indicados com asterisco encontram-se no Arquivo Gustavo Capanema [GC 36.01.18], do CPDOC da Fundação Getulio Vargas no Rio de Janeiro (o número do GC só aparece nos colchetes quando difere do aqui mencionado).

